



SEMINÁRIO AVALIA CONJUNTURA HISTÓRICA DA GEAP



Para a diretora de Assuntos Jurídicos do sindicato, Terezinha de Jesus Aguiar, o momento é delicado, para não dizer gravíssimo. "A imprensa nacional vem divulgando que a Geap perdeu, nos últimos meses, mais de R\$ 80 milhões do pecúlio, em aplicação financeira mal sucedida. Somado a esse quadro, temos os baixos salários de uma parcela considerável dos assistidos que acabam contribuindo com a inadimplência da instituição. O débito acumulado já passa dos R\$ 500 milhões e esse déficit aumenta mês a mês", ressaltou.

Conforme programado, o gerente regional da GEAP Goiás, Celso Aquino e o presidente do Condel, Manoel Ricardo Lessa, participariam do seminário.

Contudo, segundo justificativa apresentada, ambos não puderam comparecer ao evento em decorrência de problemas de saúde. Considerando a importância e gravidade do momento, bem como o impacto das medidas tomadas pelos atuais gestores do plano de saúde, os presentes questionaram a falta de iniciativa do órgão de encaminhar um representante.

Por outro lado, a presidente da Central Única dos Trabalhadores em Goiás (CUT-GO), Bia de Lima, e a coordenadora geral de Recursos Humanos do NEMS-GO, Marli Sorel, estiveram presentes no seminário e contribuíram diretamente com a discussão.

GRANDES QUESTÕES

O assessor jurídico do SINTFESP-GO/TO, Dr. Luís Fernando Silva, focou sua explanação nas grandes dificuldades enfrentadas pela Geap: indefinição política do Governo quanto à saúde suplementar; questões orçamentárias; questões administrativas; e baixa qualidade dos serviços.

Sobre o primeiro ponto, o advogado lembrou que o Governo não vê a GEAP como instrumento de política de saúde a ser negociada diretamente com os servidores e que, por isso, não participa efetivamente de sua gestão. Segundo ele, há uma grande desarticulação entre as políticas de saúde ocupacional, saúde suplementar e assistência social.

Diante dos aumentos abusivos autorizados pelo Conselho Deliberativo da Fundação da Seguridade Social (Condel/Geap) e a baixa qualidade dos serviços oferecidos pelo plano de saúde, o Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência (SINTFESP-GO/TO) tem realizado e participado de diversas atividades sobre o tema, com o objetivo de reverter a atual crise vivenciada pela GEAP.

Nos últimos meses, o sindicato ingressou com uma ação judicial contra a decisão do Condel, participou de um seminário nacional promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de uma audiência pública realizada na Câmara dos Deputados e, no dia 04 de dezembro, no auditório do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Goiás (NEMS-GO), foi proponente de um seminário local que discutiu a conjuntura histórica da GEAP.

O evento também debateu os principais aspectos relacionados à crise, como questões administrativas, jurídicas, orçamentárias e de gestão, deflagradas em maior parte por aspectos políticos partidários. Um exemplo é a gestão do último diretor da GEAP, Paulo Eduardo de Paiva, que durou pouco mais de quatro meses. As dificuldades financeiras são graves e, por isso, os compromissos com os prestadores de serviços deixam de ser honrados e a insatisfação com o atendimento aumenta.



"A GEAP precisa ser vista como parte da política de recursos humanos, por isso, precisamos pressionar o Governo para que um processo de negociação específico seja estabelecido e uma política de saúde suplementar seja definida", ressaltou.

Quanto às questões orçamentárias, Dr. Luis Fernando destaca a necessidade de a contribuição governamental ser feita na relação 1 x 1 e dos novos valores per capita serem imediatamente aplicados. Além disso, ele enfatiza a importância de apurar o déficit atual e negociar a quitação com o Governo, além de acabar com os tetos de contribuição à GEAP e com a modalidade de reembolso. Hoje, as contas da Fundação são pagas somente pelos servidores. Uma das alternativas é o "convênio guarda-chuva", acordo que possibilita ao usuário de outro plano de saúde ser atendido pela GEAP e a Fundação ser reembolsada pelo serviço prestado.

Sobre as questões administrativas, teve destaque a ausência de um conselho específico para a

saúde, as despesas demasiadas com conselho consultivo sem poder deliberativo, a interferência do Governo na nomeação dos cargos e a falta de representatividade governamental nos seus indicados. Além disso, o assessor jurídico do sindicato reforçou as dificuldades financeiras do órgão que levam a redução da rede de credenciados e as pressões das grandes prestadoras de planos privados de saúde.

Dentre os encaminhamentos deliberados no seminário, a manutenção das ações jurídicas contra a majoração do custeio do plano e a solicitação de uma audiência, com a participação dos filiados e os representantes da GEAP em Goiás, com o objetivo de discutir a rede prestadora de serviços, bem como externar a indignação dos participantes pela ausência de uma representante local no evento, estiveram em destaque. Foi reafirmada, ainda, a importância de o tema GEAP ser inserido como prioridade nas pautas de negociações.

FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO ENCERRA ANO DE 2012 COM ALEGRIA E DIVERSÃO

No último sábado, 08 de dezembro, o SINTFESP-GO/TO reuniu filiados, convidados, diretores e colaboradores em mais uma edição de sua festa de Confraternização de fim de ano. Durante todo o dia, os presentes desfrutaram do complexo recreativo da entidade, como parquinho infantil e piscinas, além de um delicioso almoço e boa música.

Apresentações de dança do ventre também integraram a programação do evento. Na ocasião, um violão foi sorteado entre os filiados presentes, além de vários outros brindes, como forno elétrico, câmera fotográfica, celular, etc.

O gerente executivo do INSS em Goiânia, Ailton Batista Machado; a presidente da Central Única dos Trabalhadores em Goiás (CUT-GO), Bia de Lima; e a coordenadora geral de Recursos Humanos do NEMS-GO, Marli Sorel estiveram presentes na confraternização. **A cobertura fotográfica da festa pode ser conferida no site do sindicato, www.sintfesp.org.br.**



STF RECONHECE REPERCUSSÃO GERAL SOBRE REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

No dia 07 de novembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou um Acórdão reconhecendo a existência de repercussão geral sobre o reajuste de auxílio-alimentação, pago aos servidores públicos. A matéria trata, em especial, sobre a equiparação deste valor com o pago no âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU), que desde janeiro de 2011 corresponde a R\$ 740,96. Contudo, sua apreciação e julgamento ainda encontram-se pendentes.

Neste sentido, o SINTFESP-GO/TO reforça que, caso a decisão final do STF seja favorável aos servidores, a entidade organizará ações individuais para cobrar a garantia do direito de seus filiados. A entidade já ingressou com um protesto interruptivo de prescrição para permitir que as ações individuais cobrem as diferenças relativas aos últimos 5 anos e adêquem o valor aos patamares do TCU, se consideradas viáveis.

Caso a decisão do STF seja contrária, a Assessoria Jurídica do SINTFESP-GO/TO orienta os servidores a descartarem as ações individuais já que correm o risco de serem condenados em honorários sucumbenciais. A entidade decidiu agir com prudência, por isso, aguarda desfecho da questão e pronunciamento do STF para só depois ajuizar ações em favor dos servidores.